

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DO ACRE: o caso da Dom Porquito

Lucas Gabriel da Silva Moraes¹
Karina Furini da Ponte²

Resumo

A industrialização tardia e insuficiente do estado do Acre incentivou a participação do Estado como indutor do seu desenvolvimento, e, na atualidade, percebe-se o apoio do Estado para as atividades mais representativas, originando o principal objeto desta pesquisa: a agroindústria. O presente texto tem o objetivo de analisar o papel do Estado na implantação da agroindústria Dom Porquito no município de Brasileia-AC, tendo como principal foco o modelo Público Privado Comunitário (PPC) e a parceria entre indústria e camponês. A pesquisa bibliográfica em livros, revistas, páginas da web, documentos e o trabalho de campo, foram as principais ferramentas que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa, a fim de evidenciar as dinâmicas da relação indústria-camponês e o incisivo papel estatal no processo de desenvolvimento da indústria acreana.

Palavras-chave: Industrialização. Agroindústria. Agricultura Camponesa. Suinocultura.

Introdução

De acordo com Moreira (2000), as formas espaciais de organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista surgiram com a primeira Revolução Industrial (séc. XVIII). A indústria foi o primeiro modelo produtivo que dividiu o trabalho em setores específicos para atender aos interesses da produção capitalista, de modo que o crescimento dos núcleos urbanos, exigia mais produção e, conseqüentemente, mais trabalho.

O desenvolvimento industrial que dominou o mundo modificou as características espaciais e sociais, influenciando de maneira direta na economia e no trabalho. Este desenvolvimento se dá na busca pela produção, que, por sua vez, é guiada pelo mercado. A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) passa a fazer parte do contexto produtivo das grandes indústrias para atender as demandas do mercado que se torna cada vez mais exigente, fazendo com que produção-circulação-consumo seja a dialética motora do sistema, que busca cada vez mais se reproduzir através de relações multiterritoriais com os diversos sujeitos, transformando-os.

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia.

² Docente dos cursos de Geografia da Universidade Federal do Acre e orientadora do projeto de iniciação científica intitulado: Estado e Industrialização: um estudo de caso Dom Porquito e Acreaves.

Historicamente, no Brasil, o capitalismo teve a ajuda do Estado para se reproduzir, e isto teve início no governo de Getúlio Vargas (FILHO, 2013). A ajuda se explica nos incentivos à industrialização, com as indústrias estatais e criação de direitos trabalhistas (FGTS, salário mínimo, jornada de trabalho, etc.). A regulamentação do trabalho possibilitava investimentos do capital estrangeiro que se baseava na DIT.

Lencione (1999) explica que as transformações sociais e técnicas, a necessidade do aumento da produção em pouco tempo e a economia mundializada, inseriram países não industrializados em um contexto de busca por investimentos do grande capital estrangeiro. A ação do Estado sempre teve papel importante no processo de industrialização do Brasil, pois foi o governo que tomou as primeiras iniciativas para trazer investimentos ao país, e os países desenvolvidos eram os maiores investidores interessados.

Conforme Moreira (2004), de 1970 a 2000 o Brasil é caracterizado pela centralização do parque industrial, sendo que 81% das indústrias estavam localizadas no sudeste do país. Dessa maneira, o governo busca a reestruturação industrial através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's I, II e III), sendo que o primeiro objetivou a modernização da agricultura, o segundo a redistribuição industrial e o terceiro foi uma espécie de correção dos anteriores.

Outro projeto que visava a reorganização da indústria brasileira foi o projeto Brasil Grande, que, de acordo com Moreira (2004), tinha o objetivo de redistribuir a indústria concentrada na região metropolitana de São Paulo de modo a provocar maior repartição da infraestrutura e interações espaciais por todo o território do Brasil em vista de projetos de integração nacional. Assim, os projetos de industrialização começavam a chegar em outras regiões, dentre elas a região amazônica.

Segundo Ponte (2014), o Acre passou a buscar um avanço industrial a partir de 1999 com o governo da Frente Popular, que através da proposta do Desenvolvimento Sustentável atrai investimentos nacionais e estrangeiros para o estado. De tal modo, o Estado – por meio dos Planos Plurianuais - possibilitou a estruturação socioespacial do território acreano para receber indústrias mais modernas, como, por exemplo, as que seguem os moldes dos complexos agroindustriais (CAI's).

Nessa perspectiva, a indústria Dom Porquito Agroindustrial S/A é criada através do modelo de parceria Público-Privado-Comunitário (PPC), tendo o governo como principal investidor/sócio. O modelo PCC é implementado a partir da ação do Estado, que doou parte

das ações da empresa para os camponeses que se sujeitaram a fazer parte do processo produtivo da indústria como fornecedores de matéria-prima.

Este estudo é resultado do projeto de iniciação científica intitulado “Estado e Industrialização: um estudo de caso Dom Porquito e Acreaves” que buscou analisar as ações do governo do Estado, do capital privado e do campesinato integrado à empresa Dom Porquito no processo de industrialização, de modo a evidenciar a constituição desta recente agroindustrialização no Acre e suas dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e territoriais.

Para alcançar tal objetivo pretende-se compreender as ações do governo no período de 2000 a 2018 nas propostas de incentivo à industrialização, discutindo a relação entre o Estado e a indústria Dom Porquito no âmbito da parceria PPC. Através dessa análise será possível evidenciar os impactos desse recente processo de agroindustrialização na vida dos camponeses integrados e no desenvolvimento da economia local.

2. Metodologia

O plano metodológico foi dividido em duas etapas principais, sendo que a primeira corresponde ao levantamento de informações em bancos de dados documentais e bibliográficos; e a segunda ao trabalho de campo para a coleta de informações *in loco*. A primeira etapa da metodologia foi realizada durante todo o período de construção deste trabalho e a fase seguinte foi realizada no mês de setembro do ano de 2017, quando foi realizada uma visita à indústria Dom Porquito.

O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca da Universidade Federal do Acre (Ufac), em bibliotecas *online* de outras universidades como a USP e a UNESP e em revistas digitais como a Revista Pegada Digital, bem como no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que foi fonte de dados comparativos da produção de suínos no Brasil. Da mesma forma, é importante destacar a disciplina de Geografia das Indústrias, ministrada pela Prof.^a Dra. Karina Furini da Ponte, a qual ofereceu conhecimento sobre a maioria dos conceitos presentes nessa abordagem.

No segmento das fases de coleta bibliográfica, tem-se a pesquisa documental e complementar que foi realizada na Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF) localizada em Rio Branco-AC, em busca de dados estatísticos e informações específicas sobre a cadeia produtiva de suínos no estado, principalmente na região do Alto Acre, onde está localizada a indústria Dom Porquito.

A segunda etapa corresponde ao trabalho de campo realizado na indústria Dom Porquito, localizada no município de Brasileia-AC. Durante o trabalho de campo foi possível observar todas as etapas de produção presentes dentro da indústria relacionando-as com a base teórica estudada na pesquisa bibliográfica. A visita foi acompanhada e orientada por um funcionário da indústria que explicou todas as etapas do processo produtivo do chão da fábrica e, posteriormente, ministrou uma palestra sobre a produção de suínos na indústria.

Dessa maneira, esta pesquisa está dividida em duas etapas: a primeira trata do processo de modernização da agricultura camponesa e o surgimento dos complexos agroindustriais no Brasil e, a segunda, aborda a ação do governo no processo de desenvolvimento industrial do Acre, discutindo dados estatísticos sobre a cadeia produtiva da suinocultura no estado obtidos através da coleta de dados.

3. A modernização da agricultura camponesa e os Complexos Agroindustriais (CAI's)

Conforme Oliveira (2007), a agricultura camponesa brasileira, a partir dos seus primeiros sinais de existência nos anos de colonato (segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX), demonstra características estruturais específicas que a diferenciam socialmente do campesinato dos dias atuais - com ares de modernidade e desenvolvimento tecnológico. Para ele o camponês é o sujeito que vive e trabalha a/na terra para garantir o seu sustento e de sua família, que vive em comunidade onde cada pessoa tem um papel importante no funcionamento de um todo. A agricultura camponesa existe com base em alguns elementos particulares como: a parceria, a ajuda mútua, o trabalho familiar, a posse da terra, etc.

O capital se apropria dos elementos tradicionais da vida camponesa e os transforma baseado em suas demandas de interesses. Para chegar ao campo, o capital teve e tem grande ajuda do Estado, pois este tem incentivado financiamentos, acesso a créditos rurais, e outros mecanismos que funcionam como políticas de manutenção do homem no campo para que ele possa servir de alicerce ao desenvolvimento capitalista. Os maquinários, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, etc., chegam ao campo através desse processo de modernização da agricultura.

Silva (1996) afirma que a agricultura camponesa brasileira passa por dois momentos históricos: os complexos rurais e os complexos agroindustriais. O primeiro consiste na antiga forma da agricultura de subsistência, onde os elementos da vida camponesa ainda não haviam sido modificados, quando cidade e campo ainda eram distanciados com a ideia do rural como

“arcaico”. As demandas de exportações dominavam o mercado e apenas um produto assumia o protagonismo (como o café, por exemplo).

O segundo momento surge com os avanços tecnológicos e o menor espaço entre cidade e campo. O complexo agroindustrial (CAI) é definido como “um conjunto formado pela sucessão de atividade vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p.45).

De acordo com Mesquita e Mendes (2009), o surgimento dos CAI’s acontece na década de 1970, com a integração técnica entre os setores de indústrias que produziam para a agricultura, a própria agricultura e as agroindústrias processadoras. Ou seja, várias indústrias em uma só, que produz tudo que necessita para atender as demandas do mercado consumidor, e, além de tudo, integra o camponês ao processo produtivo.

Outra característica do complexo agroindustrial é o surgimento/ampliação do mercado interno, pois com o complexo rural “só havia mercado externo, dado que as atividades que deveriam resultar na formação do mercado interno estavam internalizadas no âmbito do próprio complexo rural” (SILVA, 1996, p. 07). Portanto, o surgimento dos CAI’s está diretamente ligado ao interesse de ampliação produtiva e de movimentação do mercado interno.

A indústria Dom Porquito corresponde a muitas dessas características que compõem um CAI, de modo que possui o que Müller (1989) denomina de “insumos industriais (D1)”, ou seja, os bens de capital e os insumos básicos para a agricultura, como, por exemplo, as máquinas, a assistência técnica, agroquímicos, etc. Além disso, a empresa é responsável pelo transporte dos produtos e pela fabricação da ração que é destinada aos suínos. Já a matéria-prima vem da agricultura camponesa que é diretamente integrada à cadeia produtiva dessa indústria através do modelo PPC que regula o empreendimento, impulsionado pelo Estado.

3.1 O papel do estado do Acre no processo de industrialização e a agroindústria Dom Porquito

O processo de industrialização do estado do Acre é, sem dúvidas, tardio. A industrialização brasileira, de modo geral, demorou para se difundir para outras regiões que não fossem Sul e Sudeste. A região amazônica, apesar de ser fonte de riquezas naturais inestimáveis, demorou a se inserir neste processo e o papel do governo foi sempre fundamental para que os investimentos começassem a surgir.

Durante muitas décadas, o Acre teve influência bem próxima de zero no PIB do país, contribuindo com aproximadamente 0,1%, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nesse cenário, a partir de 2000, no mandato dos governos da Frente Popular é que o estado iniciou um processo de estímulo às indústrias, muitas delas ligadas com o Estado como incentivador direto.

Segundo o PPA (2008), os investimentos realizados pela iniciativa privada e pelo governo, entre 2003 e 2006, somam mais de R\$ 245 milhões. Esses investimentos chegam através da análise de alguns órgãos como a Agência de Negócios do Acre (ANAC) e a Comissão do Programa de Incentivos às Atividades Industriais do Acre (COPIAI), que foram fundamentais para a obtenção de novos capitais industriais.

Ainda conforme o PPA (2008), foram implantadas Políticas de Incentivo às Atividades Industriais e de Promoção de Negócios, com ênfase na exportação de produtos de alto valor agregado. Até este período, houve o surgimento de 82 empresas com investimentos privados que chegaram a R\$ 100 milhões e gerando empregos diretos.

A indústria Dom Porquito Agroindustrial S/A surge em 2013 no município de Brasileia com o objetivo de incentivar a cadeia produtiva da suinocultura no Estado do Acre e também levar a produção para o exterior em países de fronteira como Peru e Bolívia e outros mercados. A empresa seguiu os mesmos moldes de sua antecessora Acreaves, tendo como modelo de atuação a parceria Público-Privado-Comunitário (PPC) e também tendo o governo como principal investidor/sócio.

Nessa perspectiva, o modelo PCC é implementado a partir da ação do Estado, que através da ANAC (Agência de Negócios do Acre) doou 10% das ações da empresa para os pequenos agricultores que se integraram ao processo produtivo da indústria como fornecedores de matéria-prima. Assim, o governo se utiliza do conceito de “capital social”, na ideologia do comunitarismo, para consolidar a indústria no município de Brasileia, de acordo com Machado (2010).

A instalação da indústria proporcionou a abertura do mercado de suínos no estado, bem como, facilitou o abastecimento de produtos derivados ao mercado interno e a exportação para países circunvizinhos como Peru e Bolívia. De acordo com a Kaeté Investimentos (2015), o governo do Acre aplicou os primeiros investimentos - na ordem de R\$ 15 milhões - necessários para a construção da indústria, objetivando a participação da agricultura familiar no processo produtivo da indústria, por intermédio da constituição da Cooperativa dos Suinocultores do Acre.

A Dom Porquito cria suas próprias matrizes de suínos e realiza as inseminações artificiais, que duram cerca de 10 minutos e após 120 dias nascem de 14 a 18 filhotes de cada matriz, que são amamentados durante 21 dias e enviados para os galpões de engorda de acordo com a demanda do mercado, ficando prontos para o abate após 90 dias com peso aproximado de 120 Kg.

Cada camponês tem uma Unidade de Terminação e Engorda (UTE) construída com financiamento de R\$ 50 mil adquirido através do apoio do Estado que passa a fazer investimentos partindo da ordem de R\$ 140 mil em cada unidade. Os agricultores selecionados são treinados e devem receber assistência para aprenderem a manejar os animais e seguirem as exigências sanitárias, para posteriormente venderem os suínos a ponto de abate para a indústria.

Neste ano de 2018, existem trinta UTE's no município de Epitaciolândia e duas em Capixaba. Ambas trabalham com camponeses vinculados à indústria e que recebem leitões para engorda produzindo quantidades específicas de suínos a cada trimestre, gerando renda para suas famílias (Tabelas 1 e 2).

Os dados coletados na SEAPROF, através de entrevista com a coordenadora do setor de suinocultura, mostram que 86 produtores estão diretamente envolvidos na cadeia produtiva de suinocultura da indústria Dom Porquito, produzindo anualmente cerca de 53.200 suínos como matéria-prima para a indústria. Cabe a ressalva de que a indústria passa por um momento de deficiência na quantidade de matrizes, e, por isso, não está produzindo a capacidade máxima que pode operar, abatendo em torno de 200 animais por dia.

Tabela 1 – Produção trimestral e anual de suínos nas UTE's vinculadas à indústria Dom Porquito no município de Epitaciolândia-AC no ano de 2017

| PRODUÇÃO DE SUÍNOS NAS UNIDADES DE TERMINAÇÃO E ENGORDA - EPITACIOLÂNDIA - AC | | |
|---|---|------------------------------|
| Número de Produtores | Produção de Suínos por UTE (a cada 90 dias) * | Produção Anual |
| 26 | 7.800 cabeças | 27.300 cabeças |
| 3 | 2.400 cabeças | 8.400 cabeças |
| 1 | 2.000 cabeças | 7.000 cabeças |
| Total: 30 | Total: 12.200 cabeças | Total: 42.700 cabeças |

**Considera-se 3,5 ciclos de 90 dias por ano.*

FONTE: Adaptado de SEAPROF (2018).

Tabela 2 – Produção trimestral e anual de suínos nas UTE's vinculadas à indústria Dom Porquito no município de Capixaba-AC no ano de 2017.

| PRODUÇÃO DE SUÍNOS NAS UNIDADES DE TERMINAÇÃO E ENGORDA - CAPIXABA - AC | | |
|--|---|------------------------------|
| Número de Produtores | Produção de Suínos por UTE (a cada 90 dias) * | Produção Anual |
| 28 | 1.000 cabeças | 3.500 cabeças |
| 28 | 2.000 cabeças | 7.000 cabeças |
| Total: 56 | Total: 3.000 cabeças | Total: 10.500 cabeças |
| *Considera-se 3,5 ciclos de 90 dias por ano. | | |
| *Considera-se o sistema de condomínio que envolve 28 produtores para cada Unidade de Terminação (UTE). | | |

FONTE: Adaptado de SEAPROF (2018).

A produção industrial emprega um novo ritmo à cadeia produtiva da suinocultura no estado e gera renda para o agricultor familiar, que pode usar esta atividade como um complemento à sua renda, não que isso seja regra, pois, as unidades de terminação ocupam boa parte do tempo dessas famílias e do espaço de suas propriedades, já que são pequenos produtores.

Segundo a SEAPROF a indústria paga por cabeça de suíno (e não por quilo) ao preço aproximado de R\$ 28 por cada suíno engordado. Assim, com base nos dados adquiridos, pode-se obter um valor aproximado da renda trimestral de cada família (Tabelas 3 e 4). Através dos dados fornecidos nas tabelas é possível afirmar que os produtores do município de Eitaciolândia têm uma renda anual de aproximadamente R\$ 341,6 mil. Já a produção do município de Capixaba rende aproximadamente R\$ 294 mil. A renda das unidades de terminação do modelo de *condomínio*³, é dividida igualmente entre os 28 produtores, ou seja, na primeira unidade cada produtor ganha R\$ 1 mil, e na segunda R\$ 2 mil a cada 90 dias.

Tabela 3 - Produção trimestral de suínos nas UTE's vinculadas à indústria Dom Porquito no município de Eitaciolândia-AC e renda familiar trimestral no ano de 2017

| PRODUÇÃO DE SUÍNOS NAS UNIDADE DE TERMINAÇÃO E ENGORDA - EPITACIOLÂNDIA - AC | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Número de Produtores | Produção de Suínos por Família (a cada 90 dias) * | Renda Trimestral por Família (R\$) * |
| 26 | 300 cabeças | R\$ 8.400,00 |
| 3 | 800 cabeças | R\$ 22.400,00 |
| 1 | 2.000 cabeças | R\$ 56.000,00 |
| Total: 30 | Total: 3.100 cabeças | Total: R\$ 86.800,00 |
| *Considera-se 3,5 ciclos de 90 dias por ano. | | |
| *Atribui-se o valor de R\$ 28 por cabeça, de acordo com a SEAPROF-AC. | | |

FONTE: Adaptado de SEAPROF (2018).

³ De acordo com Liczbinski, Pimentel e Zatt (2004), o condomínio é uma espécie de associação, que procura unificar esforços e conhecimentos na busca pela melhoria dos retornos gerados na criação e comercialização de suínos. A SEAPROF informou que este sistema já está vigorando, sendo inaugurado no dia 25 de Abril de 2018.

Tabela 4 - Produção trimestral de suínos nas UTE's vinculadas à indústria Dom Porquito no município de Capixaba-AC e renda trimestral por condomínio no ano de 2017.

| PRODUÇÃO DE SUÍNOS NAS UNIDADES DE TERMINAÇÃO E ENGORDA - CAPIXABA - AC | | |
|---|---|--|
| Número de Produtores | Produção de Suínos por UTE (a cada 90 dias) * | Produção Trimestral por Condomínio (R\$) * |
| 28 | 1.000 cabeças | R\$ 28.000,00 |
| 28 | 2.000 cabeças | R\$ 56.000,00 |
| Total: 56 | Total: 3.000 cabeças | Total: R\$ 84.000,00 |
| <i>*Considera-se 3,5 ciclos de 90 dias por ano.</i> | | |
| <i>*Considera-se o sistema de condomínio que envolve 28 produtores para cada Unidade de Terminação (UTE).</i> | | |
| <i>*Atribui-se o valor de R\$ 28 por cabeça, de acordo com a SEAPROF-AC.</i> | | |

FONTE: Adaptado de SEAPROF (2018).

Segundo dados secundários obtidas na SEAPROF a Dom Porquito começou a exportar seus produtos no ano de 2016, mesmo sem a empresa estar legalizada para tal atividade. Somente neste ano de 2018, os donos da indústria conseguiram reunir a documentação necessária para legalizar as exportações para outros países. Além de Peru e Bolívia, a indústria mira também o mercado asiático.

A integração dos camponeses à indústria provoca a perda de autonomia sobre a produção, pois estes destinam sua força de trabalho às atividades vinculadas ao fornecimento de matéria-prima para a agroindústria e acabam por não priorizar o cultivo das pequenas lavouras, deixando o mercado desabastecido de alguns produtos como as frutas, os grãos e as hortaliças, fazendo com que o município continue a depender dos produtos advindos de outros estados, que chegam com preços elevados e qualidade duvidosa ao mercado consumidor local.

Considerações Finais

Após o término desta abordagem conclui-se que o processo de industrialização do estado do Acre ocorreu tardiamente se comparado ao restante do país. O estado passou a receber os primeiros empreendimentos a partir da ação do governo, e estes, continuam tendo participação estatal ativa, o que é o caso da Dom Porquito.

O modelo PPC é a própria marca do Estado investidor, e a integração da agricultura familiar camponesa é uma forma de satisfazer a todos. Algumas vantagens existem, como: empregos diretos, movimentação da moeda e abastecimento do mercado interno, mesmo que imperceptíveis à população.

Entretanto, a baixa participação dos camponeses na empresa não permite que influenciem nas decisões, não se podendo afirmar que a PPC é o modelo adequado para os dois sujeitos envolvidos, pois, essa perda de autonomia do camponês pode significar a destruição do seu modo de existir enquanto classe social campesina, tornando-se, cada vez mais, um subordinado do capital.

Referências

- BRASIL. Governo do Estado do Acre. **Plano Plurianual – PPA 2008/2011**. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/e40638004345cdc6a593bd577be773aa/PPA_2008_2011.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 09 out. 2016.
- FILHO, H. S. A era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 3, p. 855-860, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/10.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2018.
- LENCIONE, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu (Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999. p. 115-136.
- LICZBINSKI, C. R.; PIMENTEL, C. C.; ZATT, F. Condomínios rurais como uma alternativa aos pequenos produtores - análise da viabilidade econômico-financeira de uma terminação de suínos. **XI SIMPEB**. Bauru, nov. 2004. Disponível em: <repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4616/.../MD_GAMUNI_2014_2_83.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009. p. 1-17. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mesquita_LAP.pdf>. Acesso em: 21 de mai. 2017.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. II, n 16, p. 04-08, 2000.
- MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.123-152.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC. 1989.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Não consta no texto.
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PONTE, K. F. da. **O Desenvolvimento Sustentável e o Controle Social da Natureza e do Trabalho: Um estudo sobre a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)**. 360p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2014.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.
- KAETÉ INVESTIMENTOS. **Dom Porquito**. Disponível em: <<http://www.kaeteinvestimentos.com.br/portfolio-items/domporquito/>>. Acesso em 12 jun. 2018.

Submetido em: agosto de 2018

Aceito em: setembro de 2018